

MATERIAL DE LEITURA DO SEMINÁRIO DE MELHORES PRÁTICAS EM PPPs



REALIZAÇÃO



AUTORIA



REALIZAÇÃO



AUTORIA



Autoria



Bruno Ramos Pereira
Bruno Vidigal Coscarelli
Guilherme Ávila Naves
Rodrigo Reis de Oliveira
Marcos Siqueira Moraes



MENSAGEM DOS AUTORES

A Radar PPP é uma consultoria especializada em Parcerias Público-Privadas que acredita que o futuro do serviço público de qualidade no Brasil passa, necessariamente, pela ampliação do uso deste instrumento.

A empresa desenvolveu o maior banco de dados sobre a experiência nacional com contratos de PPP e monitora, ativa e diariamente, quase 700 projetos de 29 segmentos diferentes.

A pedido da Embaixada Britânica no Brasil, extraímos as melhores informações disponíveis neste banco de dados¹ para trazer um diagnóstico executivo e robusto da situação atual do mercado brasileiro.

A leitura deste relatório permitirá conhecer um pouco da experiência nacional com PPPs - inclusive a partir da publicação da inédita lista dos 86 contratos em vigor no país - mas também possibilitará ao leitor conhecer os principais projetos que compõem o pipeline dos entes concedentes.

Esperamos, assim, contribuir para a circulação de informações qualificadas do mercado brasileiro de PPPs, de modo que investidores entrem em contato com oportunidades em aberto e que os projetos tenham maior divulgação (e, conseqüentemente, atraiam mais interessados).

Serão apresentadas, também, análises qualitativas sobre a trajetória do país com contratos desta modalidade e interfaces que podem ser criadas e aperfeiçoadas tendo como inspiração o modelo britânico do PFI (Project Finance Initiative).

Este material foi elaborado para servir de leitura prévia ao "Seminário de Melhores Práticas de PPP" e gostaríamos de encorajar os leitores a enviarem críticas, comentários e sugestões a respeito deste material para o endereço info@radarppp.com.



¹ Análise consolidada com fechamento na data de 09/02/2016, com atualizações pontuais até 18/02.



SUMÁRIO

PPPs: CONCEITOS E ASPECTOS FUNDAMENTAIS.....	3
O QUE O BRASIL PODE MELHORAR.....	10
COMO A EXPERIÊNCIA BRITÂNICA COM PPPs PODE INSPIRAR O BRASIL.....	11
CASOS DE SUCESSO DE PPP NO BRASIL	12
AS OPORTUNIDADES EM PPPs NO BRASIL	14



PPPs: CONCEITOS E ASPECTOS FUNDAMENTAIS

As concessões de serviço público, normalmente, costumam ganhar força nos países quando se deflagra um cenário de baixa capacidade de financiamento público, em função da perda da capacidade de investimento gerada, em regra, por baixo crescimento econômico e queda de arrecadação tributária.

Nesses momentos, ganham espaço as alternativas de financiamento dos projetos que, até então, eram financiados com recursos orçamentários.

Além disso, a tomada de consciência de que a iniciativa privada pode incorporar mais eficiência ao serviço público também tem contribuído para que as concessões aumentem a sua relevância dentro das políticas governamentais.

Dessa forma, o financiamento privado da infraestrutura pública tem passado, cada vez mais, a compor a agenda de investimento dos governos no Brasil e em boa parte do resto do mundo.

No Brasil, em um primeiro momento que remonta a meados da década de 90, foram realizadas as chamadas “concessões comuns” de serviços públicos (nos termos da Lei n. 9897/95), que eram predominantemente financiadas pelos próprios usuários do serviço, tendo sido largamente utilizadas em setores como rodovias, saneamento básico, ferrovias, portos, energia elétrica e, mais recentemente, nos aeroportos.

Entretanto, nem todos os projetos de interesse público são compatíveis com o pagamento de tarifas pelos usuários. Até o fim de 2004, faltava no ordenamento jurídico brasileiro um texto que abrigasse os projetos que careciam de pagamentos públicos para se tornarem economicamente viáveis. Faltava também a possibilidade de se estabelecer uma concessão que não se enquadrasse como serviço público, de acordo com a Lei nº 8.987/95, mas como serviços do qual a administração pública fosse usuária única, direta ou indireta.

Nesse contexto, foi publicada a Lei nº 11.079/04, que introduziu as duas modalidades de Parcerias Público-Privadas (PPPs) tal como conhecemos hoje: as concessões administrativas e as concessões patrocinadas.

Na concessão patrocinada, o objeto é um serviço público no sentido da Lei Nacional nº 8.987/95, mas com a incidência de uma contraprestação pública adicional à tarifa cobrada do usuário. Na concessão administrativa, o objeto é a prestação de serviços em que o governo seja consumidor direto ou indireto dos serviços.

Ambas as modalidades de contrato têm em comum o fato de representarem acordos de longo prazo, acomodarem um conjunto integrado de atividades, permitirem alocação objetiva de risco e incorporarem compromissos fiscais de longo prazo de governos.

De acordo com a Lei nº 11.079/04, as PPPs brasileiras são contratos firmados entre o governo e uma empresa privada, com duração entre 5 e 35 anos, normalmente utilizados para a construção, financiamento, operação e manutenção de infraestrutura e cujo valor contratado nunca é inferior a R\$20 milhões.

A natureza de um contrato de PPP o faz introduzir uma série de novidades em relação à forma como o setor público se relaciona com um fornecedor.

Historicamente, o ambiente institucional brasileiro, no qual o Governo Federal e os governos subnacionais implementam e mantêm infraestrutura, cria grandes desafios para a eficiência. Rigidez de normas, hierarquia e centralização decisória, associadas à dificuldade de submeter os diversos órgãos envolvidos no ciclo de projetos a incentivos, tendem a criar um ambiente em que resultados ótimos de custo/benefício não são atingidos.

O que as PPPs fazem é, justamente, alterar a lógica de operação do setor público, introduzindo controles de resultado em substituição aos clássicos controles de processos aos quais os órgãos públicos estão submetidos. Em outras palavras, as empresas privadas em esquemas de PPPs operam em um ambiente muito mais flexível do que o governo, o que pode aumentar

significativamente a eficiência de construção e operação de infraestrutura - desde que os contratos incorporem controles de resultado adequados.

Outro aspecto das PPPs que pode contribuir muito para o aumento da eficiência é a integração de quase toda a cadeia de fornecedores em um único contrato com o governo. A concessionária geralmente passa a ser responsável por todas as contratações necessárias à prestação de serviço o que reduz imensamente os custos governamentais relacionados a licitações, gestão de inúmeros contratos e todas as atividades administrativas associadas.

A possibilidade de criação de uma arquitetura de pagamentos vinculados à performance da concessionária, a alocação objetiva de riscos e a criação de estrutura de garantia que transmita confiança ao investidor sobre a regularidade dos pagamentos públicos são algumas das novidades introduzidas pela Lei de PPPs ao ordenamento jurídico brasileiro.

Na tabela abaixo, estão elencadas algumas das vantagens do modelo de Parcerias Público-Privadas, tanto na perspectiva do setor público, como na perspectiva do setor privado:

SETOR PÚBLICO	SETOR PRIVADO
 GANHO DE ESCALA PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO NO LONGO PRAZO	FLUXO ESTÁVEL DE RECEITAS NO LONGO PRAZO
 CONTRATAÇÃO DE RESULTADOS E REMUNERAÇÃO VINCULADA A DESEMPENHO	MAIOR INCENTIVO PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO COM QUALIDADE
 FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO DE UM FORNECEDOR ÚNICO, DIMINUINDO CUSTOS TRANSACIONAIS DE MÚLTIPLOS EDITAIS E LICITAÇÕES.	INTEGRAÇÃO DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO E RELACIONAMENTO DE LONGO PRAZO COM O SETOR PÚBLICO
 GANHA MAIOR CAPACIDADE DE PLANEJAMENTO	MAIOR EFICIÊNCIA E FLEXIBILIDADE NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO
 REALIZAÇÃO DE GASTO PÚBLICO COM QUALIDADE	GARANTIAS FORNECIDAS PELO PODER PÚBLICO

Além destas questões contratuais, as PPPs também foram responsáveis pela disseminação do uso da ferramenta do “Procedimento de Manifestação de Interesse - PMI”, que consiste em envolver a iniciativa privada na fase de estruturação do projeto, transferindo aos interessados em desenvolver estudos de viabilidade o risco e os custos associados à sua elaboração, normalmente, mediante futuro ressarcimento (que somente se materializa na hipótese de a licitação apresentar um concorrente vencedor).

Há ainda projetos que são estruturados com apoio de consultores internos contratados conforme os padrões tradicionais (Lei nº 8.666/93) e aqueles cujos estudos são desenvolvidos pela própria equipe interna do Poder Concedente. Entretanto, não há como negar que o PMI já faz parte da cultura brasileira de preparação de projetos de concessão e PPP.

Ou seja, as PPPs alavancaram o uso de um mecanismo de preparação dos projetos que, sobretudo diante da histórica dificuldade de constituir equipes próprias e de contratar consultores externos, contribui para que o poder público se valha de estudos robustos e complexos sem ter que fazer um desembolso inicial por eles.

Ademais, como não há impedimento legal para que os elaboradores dos estudos participem das respectivas futuras concorrências, trata-se também de uma forma de engajar a iniciativa privada desde a concepção da ideia, mitigando o risco de licitações desertas ou pouco competitivas.

ANÁLISE DA EXPERIÊNCIA BRASILEIRA COM PPPs

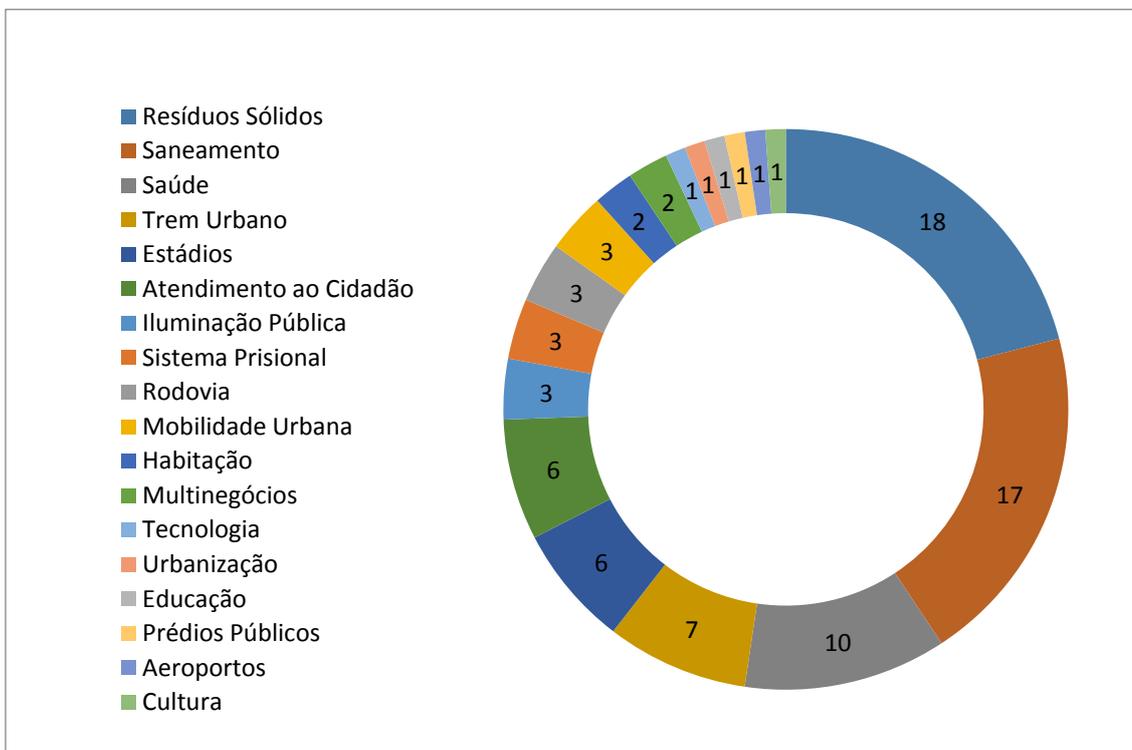
Desde 2003², quando foi publicada a primeira Lei de PPP de um ente público nacional, apenas 2 Estados e somente 4 capitais ainda não produziram um marco regulatório próprio para tratar das suas respectivas Parcerias Público-Privadas.

Observa-se que, cada vez mais, o debate ideológico sobre as PPPs - muitas vezes tumultuado por argumentos que não condizem com aquilo que o instrumento, de fato, se propõe a fazer – tem perdido o objeto. Governos das mais distintas orientações políticas e filosóficas têm se recorrido às Parcerias Público-Privadas para satisfazer necessidades públicas, entendendo que os benefícios que essa modalidade de contratação gera precisam ser incorporados pela Administração.

Corroborando com esse argumento, 44 poderes concedentes diferentes (entre União, Estados, Municípios e Distrito Federal) já contrataram e tiveram a oportunidade de gerir concessões administrativas ou patrocinadas.

Atualmente, desde a PPP da Linha 4 do Metrô de São Paulo (que foi a responsável por inaugurar a contagem), 87 contratos de PPP já foram assinados no Brasil³.

Os contratos assinados possuem a seguinte configuração em relação ao segmento aos quais pertencem:



Em uma análise comparativa de segmentos, percebe-se que a liderança cabe aos projetos de resíduos sólidos, muito em função da Lei Nacional nº 12.305/2010⁴.

O segmento de “resíduos sólidos” é acompanhado de perto pelas PPPs de saneamento e, em seguida, pelo segmento de “saúde”, cabendo destacar que 30% de todas as PPPs de saúde contratadas no Brasil são do Governo do Estado da Bahia (com destaque para a PPP do Hospital do Subúrbio, que será explicitada na parte deste *report* que trata das experiências de sucesso de PPPs no Brasil).

² A Lei Nacional de PPP, 11.079/04, foi publicada depois que Minas Gerais, Santa Catarina, São Paulo, Goiás e Bahia publicaram suas respectivas leis estaduais.

³ Vale ressaltar que dos 87 contratos assinados, somente um já foi extinto antecipadamente, o de Resíduos Sólidos de Belém (PA).

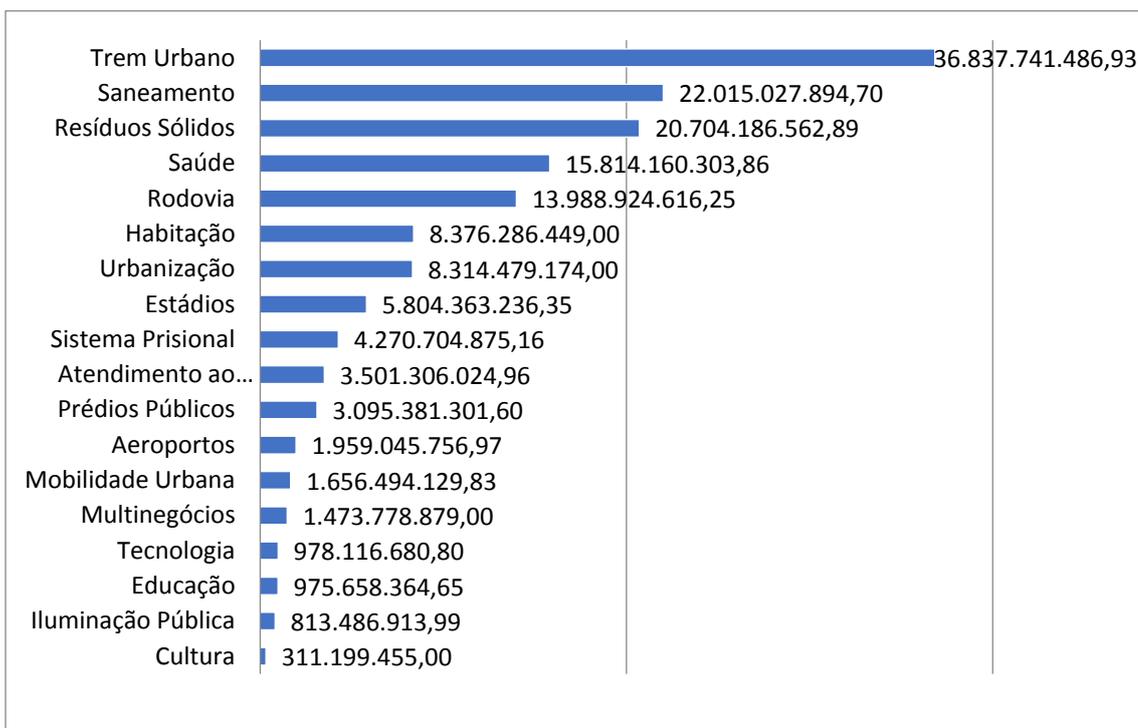
⁴ A mencionada lei instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos e determinou uma série de obrigações para o poder público referente à coleta, manejo, transbordo e transporte. Uma destas obrigações foi a de criar os meios para a destinação final ambientalmente adequada dos resíduos urbanos, em quatro anos, a contar da data de publicação da referida lei, que aconteceu em 03/08/2010.



O segmento de “estádios” também possui uma participação relevante. Das 9 arenas pertencentes ao setor público que foram utilizadas para a Copa do Mundo da FIFA Brasil 2014, 6 delas foram construídas ou reformadas por meio de contratos de Parcerias Público-Privadas: Arena das Dunas (RN), Itaipava Arena Pernambuco (PE), Itaipava Arena Fonte Nova (BA), Arena Castelão (CE), Mineirão (MG) e Maracanã (RJ)⁵.

Outro dado interessante, que será melhor explorado no tópico que trata das oportunidades, diz respeito às PPPs de Iluminação Pública. Em função do reestabelecimento da competência municipal para a prestação dos serviços de gestão do parque de iluminação pública, é seguro dizer que, nos próximos meses, haverá um forte crescimento quanto ao número de contratos assinados nesse segmento – que hoje já conta com 3 contratos em vigor.

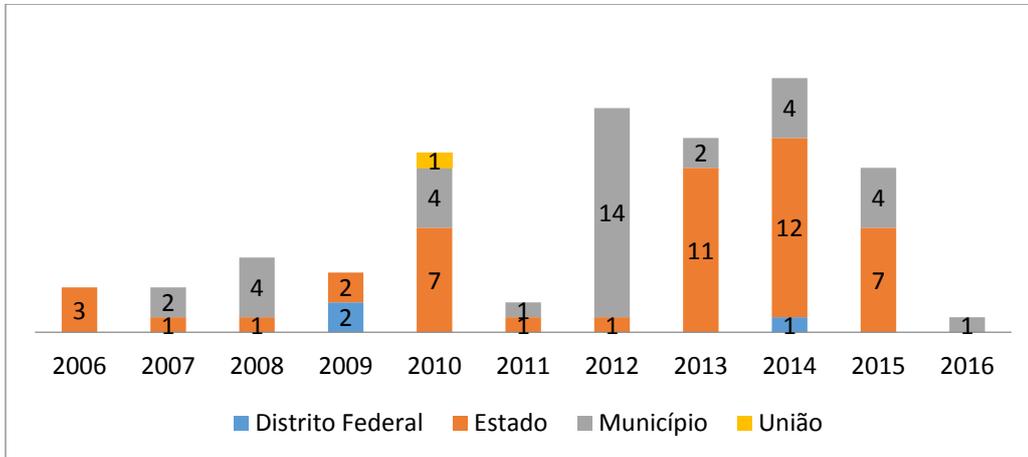
Somando-se o valor de todos os contratos de PPP assinados, chega-se a um montante superior a R\$145 bilhões⁶. Este valor encontra-se distribuído da seguinte forma entre os segmentos:



⁵ Cabe aqui a ressalva de que o Maracanã foi reformado por meio de uma obra pública tradicional, sob a égide da Lei n.º 8.666/93, e, posteriormente e em outro contrato, a operação do equipamento foi concedida à iniciativa privada por meio de uma PPP.

⁶ Esta soma considera o valor divulgado nos respectivos extratos de publicação dos contratos, sem correção para valor presente e admitindo que governos usam metodologias distintas para determinar o valor dos contratos (e.g. soma nominal do valor das contraprestações máximas, valor do investimento, valor presente líquido aplicado a uma determinada taxa de desconto, etc.)

Ainda sobre os contratos assinados de PPP, o gráfico a seguir nos permite tirar algumas conclusões relevantes:



A primeira conclusão que podemos tirar diz respeito à pequena participação do Governo Federal em relação à quantidade de PPPs assinadas: 1,1%, ou seja, apenas 01 contrato assinado – o Complexo Datacenter do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal.

É possível que a quantidade de PPPs do Governo Federal aumente em função do fato de que alguns dos projetos que compõem a carteira da segunda etapa do Programa de Investimento em Logística – PIL devem assumir o contorno de PPPs, por possivelmente não serem sustentáveis apenas a partir da cobrança de tarifas de usuários, como foram os projetos que fizeram parte da primeira rodada.

Outra conclusão relevante do gráfico de barras anterior diz respeito ao crescimento do número de contratos assinados nos últimos anos. Considerando que os anos entre 2004 e 2009 serviram para a estruturação institucional e organizacional dos respectivos entes públicos (e também para a fase de preparação dos primeiros projetos), não deve causar espanto o fato de que o número de contratos assinados tenha sido mais modesto neste período. Entretanto, entre 2012 e 2015, a média de contratos assinados foi de 11,7 por ano, permitindo que se chegasse à soma de 87 PPPs firmadas.

A seguir, a tabela abaixo traz todos os contratos de PPP em vigor no país, ordenados conforme data de assinatura:

Nome do Projeto	Segmento do Projeto	Modalidade de Concessão	Data de Assinatura	Valor do Contrato (R\$)
Metrô de São Paulo – Linha 4 Amarela (Estado de São Paulo)	Trem Urbano	Patrocinada	29/11/2006	790.000.000,00
Sistema de Disposição Oceânica do Jaguaribe (Bahia)	Saneamento	Administrativa	27/12/2006	619.455.000,00
Ponte de Acesso e Sistema Viário do Destino de Turismo e Lazer Praia do Paiva (Pernambuco)	Mobilidade Urbana	Patrocinada	28/12/2006	143.202.622,48
Esgotamento Sanitário (Rio Claro)	Saneamento	Administrativa	15/02/2007	730.360.254,00
Rodovia MG-050 (Minas Gerais)	Rodovia	Patrocinada	21/05/2007	2.196.017.610,00
Sistema de Esgotamento Sanitário (Rio das Ostras)	Saneamento	Administrativa	24/08/2007	976.680.000,00
Limpeza Pública (Osasco)	Resíduos Sólidos	Administrativa	17/01/2008	834.667.169,61
Esgotamento Sanitário (Guaratinguetá)	Saneamento	Administrativa	11/06/2008	265.274.362,00
Sistema Produtor do Alto Tietê (Estado de São Paulo)	Saneamento	Administrativa	18/06/2008	997.377.948,00
Resíduos Sólidos (Belo Horizonte)	Resíduos Sólidos	Administrativa	21/11/2008	981.878.155,27
Polo Cinematográfico e Cultural (Paulínia)	Cultura	Administrativa	09/12/2008	311.199.455,00



Nome do Projeto	Segmento do Projeto	Modalidade de Concessão	Data de Assinatura	Valor do Contrato (R\$)
Programas Habitacionais – Projeto Jardins Mangueiral (Distrito Federal)	Habitação	Administrativa	25/03/2009	1.057.340.453,00
Centro Administrativo (Distrito Federal)	Prédios Públicos	Administrativa	08/04/2009	3.095.381.301,60
Complexo Penal (Minas Gerais)	Sistema Prisional	Administrativa	16/06/2009	2.111.476.080,00
Centro Integrado de Ressocialização de Itaquitinga (Pernambuco)	Sistema Prisional	Administrativa	09/10/2009	1.953.324.301,44
Arena Fonte Nova (Bahia)	Estádios	Administrativa	21/01/2010	1.585.140.900,50
Limpeza Urbana e Manejo de Resíduos Sólidos (Jacareí)	Resíduos Sólidos	Administrativa	29/01/2010	285.284.311,31
Frota da Linha 8 Diamante (Estado de São Paulo)	Trem Urbano	Administrativa	19/03/2010	1.812.780.474,47
Hospital do Subúrbio (Bahia)	Saúde	Administrativa	28/05/2010	1.035.000.000,00
Arena Multiuso da Copa 2014 (Pernambuco)	Estádios	Administrativa	15/06/2010	379.263.314,00
Complexo Datacenter (União)	Tecnologia	Administrativa	15/06/2010	978.116.680,80
Limpeza Urbana (São Carlos)	Resíduos Sólidos	Administrativa	23/08/2010	191.511.674,40
Estádio Castelão (Ceará)	Estádios	Administrativa	26/11/2010	518.606.000,00
Limpeza Urbana e Manejo de Resíduos Sólidos (Embu das Artes)	Resíduos Sólidos	Administrativa	26/11/2010	720.981.079,20
Porto Maravilha (Município do Rio de Janeiro)	Urbanização	Administrativa	26/11/2010	8.314.479.174,00
Complexo do Mineirão (Minas Gerais)	Estádios	Administrativa	21/12/2010	677.353.021,85
Unidade de Atendimento Integrado – Municípios (Minas Gerais)	Atendimento ao Cidadão	Administrativa	23/12/2010	311.121.048,00
Estádio das Dunas (Rio Grande do Norte)	Estádios	Administrativa	15/04/2011	400.000.000,00
Limpeza Urbana e Manejo de Resíduos Sólidos (Itu)	Resíduos Sólidos	Administrativa	20/04/2011	1.014.558.647,88
Resíduos Sólidos (Alfenas)	Resíduos Sólidos	Administrativa	18/01/2012	144.344.409,60
Tratamento de Resíduos Sólidos Urbanos (Barueri)	Resíduos Sólidos	Administrativa	27/01/2012	399.951.749,29
Hospital Metropolitano de Belo Horizonte (Belo Horizonte)	Saúde	Administrativa	26/03/2012	1.045.431.655,41
Shopping Popular e Manutenção de Praça (Pelotas)	Multinegócios	Patrocinada	23/04/2012	98.778.879,00
Parque Olímpico (Município do Rio de Janeiro)	Multinegócios	Administrativa	26/04/2012	1.375.000.000,00
Limpeza Pública e Manejo de Resíduos Sólidos (São Luís)	Resíduos Sólidos	Administrativa	04/05/2012	2.275.081.596,99
Sistema Adutor do Agreste (Alagoas)	Saneamento	Administrativa	01/06/2012	1.066.138.710,00
Esgotamento Sanitário (Piracicaba)	Saneamento	Administrativa	11/06/2012	1.268.485.431,00
Sistema Integrado de Manejo e Gestão de Resíduos Sólidos (São Bernardo do Campo)	Resíduos Sólidos	Administrativa	20/06/2012	4.269.020.219,89
Unidades Básicas de Saúde da Família (Manaus)	Saúde	Administrativa	29/06/2012	459.972.000,00
Unidades de Ensino da Rede Municipal de Educação Básica – UMEI (Belo Horizonte)	Educação	Administrativa	24/07/2012	975.658.364,65
Limpeza Pública e Manejo de Resíduos Sólidos (Piracicaba)	Resíduos Sólidos	Administrativa	01/08/2012	744.620.863,35
Limpeza Urbana e Manejo de Resíduos Sólidos (Campo Grande)	Resíduos Sólidos	Administrativa	25/10/2012	1.303.941.220,50
Esgotamento Sanitário (Macaé)	Saneamento	Patrocinada	05/11/2012	634.692.000,00
Esgotamento Sanitário (Atibaia)	Saneamento	Administrativa	26/12/2012	539.504.000,00
Esgotamento Sanitário da Região Metropolitana do Recife e do Município de Goiana (Pernambuco)	Saneamento	Administrativa	15/02/2013	5.284.831.263,47
Hospital da Zona Norte (Amazonas)	Saúde	Administrativa	29/04/2013	2.515.806.300,00
Instituto Couto Maia (Bahia)	Saúde	Administrativa	20/05/2013	843.606.520,00



Nome do Projeto	Segmento do Projeto	Modalidade de Concessão	Data de Assinatura	Valor do Contrato (R\$)
Estádio Maracanã (Estado do Rio de Janeiro)	Estádios	Administrativa	04/06/2013	2.244.000.000,00
Veículo Leve sobre Trilhos (Município do Rio de Janeiro)	Trem Urbano	Patrocinada	14/06/2013	1.601.877.121,61
Sistema Produtor São Lourenço (Estado de São Paulo)	Saneamento	Administrativa	21/08/2013	6.045.746.601,52
Nova Fábrica de Produção da FURP (Estado de São Paulo)	Saúde	Administrativa	22/08/2013	2.544.100.000,00
Coleta e Destinação Final de Resíduos Sólidos (Paulista)	Resíduos Sólidos	Administrativa	06/09/2013	602.014.857,00
Sistema Metroviário de Salvador e Lauro de Freitas (Bahia)	Trem Urbano	Patrocinada	15/10/2013	5.783.444.119,85
Vapt Vupt (Ceará)	Atendimento ao Cidadão	Administrativa	01/11/2013	640.622.227,56
Metrô de São Paulo – Linha 6 Laranja (Estado de São Paulo)	Trem Urbano	Patrocinada	18/12/2013	15.169.684.095,00
Sistema Produtor Rio Manso (Minas Gerais)	Saneamento	Administrativa	20/12/2013	695.050.659,73
Unidades de Atendimento Faça Fácil (Espírito Santo)	Atendimento ao Cidadão	Administrativa	20/12/2013	833.150.000,00
Esgotamento Sanitário (Paraty)	Saneamento	Patrocinada	19/02/2014	369.073.000,00
Centro de Gestão Integrada (Distrito Federal)	Atendimento ao Cidadão	Administrativa	10/04/2014	777.203.487,10
Esgotamento Sanitário do Município de Serra (Espírito Santo)	Saneamento	Administrativa	01/07/2014	628.157.072,25
Tratamento de Resíduos Sólidos Urbanos na RMBH (Minas Gerais)	Resíduos Sólidos	Administrativa	03/07/2014	2.441.177.411,49
Iluminação Pública (São João de Meriti)	Iluminação Pública	Administrativa	08/08/2014	466.830.000,00
Metrô de São Paulo – Linha 18 Bronze (Estado de São Paulo)	Trem Urbano	Patrocinada	22/08/2014	7.897.955.676,00
Ponte Estaiada sobre o Rio Cocó (Ceará)	Mobilidade Urbana	Administrativa	29/08/2014	409.678.387,95
Complexos Hospitalares (Estado de São Paulo)	Saúde	Administrativa	02/09/2014	4.021.724.750,87
Esgotamento Sanitário da Área Urbana (Guarulhos)	Saneamento	Administrativa	02/09/2014	1.193.456.722,40
Corredor da PR-323, PRC-487 e PRC-272 (Paraná)	Rodovia	Patrocinada	05/09/2014	7.886.572.352,18
Hospital Regional Metropolitano – HRM (Ceará)	Saúde	Administrativa	17/09/2014	2.459.062.355,58
Limpeza Urbana e Manejo de Resíduos Sólidos (Salto)	Resíduos Sólidos	Administrativa	17/11/2014	999.794.880,00
Esgotamento Sanitário da Parte Alta de Maceió (Alagoas)	Saneamento	Administrativa	11/12/2014	289.543.736,12
Unidade de Atendimento Integrado – UAI da Praça Sete (Minas Gerais)	Atendimento ao Cidadão	Administrativa	13/12/2014	217.118.718,30
Rodovia dos Tamoios (Estado de São Paulo)	Rodovia	Patrocinada	19/12/2014	3.906.334.654,07
Unidade de Atendimento Integrado – Fase 2 (Minas Gerais)	Atendimento ao Cidadão	Administrativa	20/12/2014	722.090.544,00
Aeroporto Regional da Zona da Mata (Minas Gerais)	Aeroportos	Patrocinada	22/12/2014	146.857.000,00
Diagnóstico por Imagem (Bahia)	Saúde	Administrativa	02/02/2015	838.886.567,00
Complexo Penitenciário (Amazonas)	Sistema Prisional	Administrativa	06/03/2015	205.904.493,72
Casa Paulista (Estado de São Paulo)	Habitação	Administrativa	23/03/2015	7.318.945.996,00
Resíduos Sólidos (Chapadão do Sul)	Resíduos Sólidos	Administrativa	06/04/2015	92.050.431,79
Veículo Leve sobre Trilhos no Eixo Anhanguera (Goiás)	Trem Urbano	Patrocinada	16/04/2015	3.782.000.000,00
Iluminação Pública (Urânia)	Iluminação Pública	Administrativa	03/06/2015	20.663.119,27
SIM da RMBS (Estado de São Paulo)	Mobilidade Urbana	Patrocinada	23/06/2015	1.103.613.119,40
Gestão do Parque de Iluminação Pública (Caraguatatuba)	Iluminação Pública	Administrativa	21/07/2015	198.506.880,00
Sistema de Esgotamento Sanitário – SES Divinópolis (Minas Gerais)	Saneamento	Administrativa	02/10/2015	411.201.134,21
Central de Material Esterilizado (Amazonas)	Saúde	Administrativa	01/12/2015	50.570.155,00
Aterro Sanitário (Governador Valadares)	Resíduos Sólidos	Administrativa	31/12/2015	1.483.726.580,32



Nome do Projeto	Segmento do Projeto	Modalidade de Concessão	Data de Assinatura	Valor do Contrato (R\$)
Resíduos Sólidos e Limpeza Urbana (Cabreúva)	Resíduos Sólidos	Administrativa	15/01/2016	278.202.305,00

O QUE O BRASIL PODE MELHORAR

A experiência brasileira com projetos de PPP, apesar de recente, já permite que sejam diagnosticadas algumas situações que costumam condicionar o desenvolvimento dos projetos e que devem ser melhor endereçadas para que haja um aperfeiçoamento da cultura de preparação e gestão dos contratos no Brasil.

O primeiro ponto, na perspectiva do setor público, diz respeito à estruturação de uma equipe interna dedicada e capaz de lidar com os desafios impostos ao longo do ciclo de vida dos contratos.

Para a elaboração dos contratos de PPP, o poder público costuma se recorrer a consultores externos contratados por meio da Lei nº 8.666/93 ou ao Procedimento de Manifestação de Interesse. A despeito de existir essas duas alternativas, é importante que os governos tenham a consciência de que nenhuma delas deve desonerá-los da obrigação de constituir uma equipe interna sólida e multidisciplinar que se empodere e compreenda as nuances das modelagens.

É preciso que haja servidores destacados para pensar somente no programa de PPP, recebendo apoio e incentivo do governo para se capacitar, intercambiar informações com membros de outras unidades de PPP e para incorporar os conhecimentos que podem ser absorvidos de consultores externos contratados (inclusive estrangeiros).

Portanto, os poderes públicos precisam direcionar esforços para municiar seus quadros do conhecimento necessário para desenvolver um programa de PPP de sucesso.

Em um segundo plano, é importante que os governos, sobretudo os subnacionais, se preocupem em padronizar seus procedimentos para obtenção de estudos da iniciativa privada, especialmente quando se valendo do uso da ferramenta do PMI.

A ausência de uma regulamentação central sobre como deve ocorrer o PMI tem aberto margem para procedimentos herméticos que são, cada vez mais, enfrentados e combatidos pelos organismos de controle.

É importante que haja transparência, previsibilidade sobre a avaliação comparativa dos estudos e critérios claros para o aproveitamento dos mesmos.

Além disso, os governos também precisam aprender a “fazer a lição de casa”. Tem sido cada vez mais comum perceber o lançamento de intenções de projetos de PPP lastreadas em rasos ou em nenhum estudo previamente elaborado.

A ação de gerar expectativa na iniciativa privada a respeito de um determinado projeto, na intenção de que o investidor mobilize recursos para elaborar os estudos, deve acontecer somente após a ideia ter superado etapas internas fundamentais sobre a sua viabilidade, que envolvem, pelo menos, os testes de pré-viabilidade econômica e de sustentabilidade política.

Do contrário, o investidor privado estará cada vez mais desestimulado a desenvolver estudos, na medida em que as frustrações se acumulam e que a sensação de “dinheiro desperdiçado” passa a ser mais comum.

Em função do relevante papel que os organismos de controle exercem sobre a Administração Pública brasileira, é fundamental que estes também se preparem para auditar, interpretar e avaliar contratos de PPP considerando as particularidades do modelo.

Estes órgãos precisam ter a consciência de que o instrumento é novidade também para eles e que não se deve impor as mesmas técnicas historicamente utilizadas para aferir a regularidade de obras públicas tradicionais nos contratos de PPP. A extração do máximo potencial das PPPs está intimamente relacionada à capacidade de os organismos de controle perceberem que este é um novo *framework* de relacionamento entre setor público e privado e que deve ser tratado como tal.

No campo da regulação dos contratos, um tema que precisa ser tratado com mais atenção pelos entes concedentes de PPP é o registro contábil de suas obrigações. Experiências internacionais dão conta de que ignorar no orçamento público a possibilidade



da materialização dos riscos retidos pela Administração Pública no contexto dos contratos de PPP pode significar um fracasso de consequências fiscais imensuráveis.

Por fim, apesar da história brasileira com PPPs ter pouco mais de uma década, há no resto do mundo um vasto banco de experiência a ser explorado de governos que possuem trajetórias mais antigas com contratos estruturados. Neste contexto, agregar especialistas que conhecem os desafios por já tê-los vivenciado pode contribuir para maximizar o retorno social de investimentos e também para evitar que se incorra nos mesmos erros já cometidos por outros países.

COMO A EXPERIÊNCIA BRITÂNICA COM PPPs PODE INSPIRAR O BRASIL

O Reino Unido exerce uma posição de liderança na elaboração e gestão de projetos estruturados entre poder público e iniciativa privada.

A tomada de consciência de que a busca pela melhoria dos serviços públicos passava pela necessidade de envolver a iniciativa privada assegurou que, no final da década de 80 e início dos anos 90, o Reino Unido criasse as condições para assumir este protagonismo no cenário internacional.

A crença de que as empresas privadas podem ser mais eficientes e melhor geridas do que empresas públicas, a expectativa de se aplicar recursos públicos de uma forma mais responsável e a oportunidade de se alocar riscos de maneira eficiente entre poder público e parceiro privado, criaram um ambiente propício para que as PPPs pudessem se desenvolver no Reino Unido.

Aquilo que chamamos no Brasil de Parcerias Público-Privadas, com base na definição da Lei n.º 11.079/04, se assemelha mais ao que no Reino Unido se constituiu no programa PFI – Project Finance Initiative, lançado no início da década de 90.

O PFI é um programa que visa a encorajar o financiamento privado para a implementação e reforma da infraestrutura e para a melhoria do serviço público, tendo como espírito de sua aplicação a redução das despesas financiadas com recursos dos contribuintes.

Conforme publicação do HM Treasury (*A new approach to public private partnerships*, Dec/12), mais de 700 contratos de PFI foram firmados, assegurando mais de R\$300 bilhões em investimento privado.

O PFI tem sido utilizado em diversos segmentos da economia britânica, sendo aplicado em quase 1/4 dos projetos do Ministério dos Transportes e somando cerca de 160 projetos de educação e 120 projetos de saúde.

Esta mesma publicação do HM Treasury anteriormente citada salienta que a experiência com PFI demonstra resultados empíricos bastante satisfatórios, com equipamentos públicos de alta qualidade construtiva e operacional, entregues no tempo certo e dentro do orçamento.

Pesquisa do National Audit Office realizada no início dos anos 2000 e confirmada pelo próprio HM Treasury em uma nova pesquisa realizada em 2006, indica que 76% dos contratos de PFI foram entregues a tempo ou antecipados, sem aumento de despesas por parte do setor público.

Com relação à satisfação dos usuários, análises do próprio Tesouro e de consultorias independentes confirmam que mais de 80% dos usuários consideram os serviços prestados em contratos de PFI como satisfatórios. E, mais do que isso, os próprios gestores públicos se encontram satisfeitos com as metas e as performances das concessionárias.

Os desafios para que o programa britânico ganhasse a legitimidade que hoje possui também não foram triviais. Assim como no Brasil, o financiamento privado de empreendimentos no Reino Unido é mais caro do que o financiamento público. Logo, para que os projetos do PFI pudessem se justificar economicamente, era fundamental que todos eles comprovassem o seu *value for money*, na maioria dos casos, se apoiando nos ganhos de eficiência incorporados no longo prazo em função da gestão privada do serviço público prestado.

Além da eficiência, o alinhamento de incentivos entre setor público e privado, por meio da alocação de riscos para as partes mais aptas a administrá-los, bem como as sinergias que surgem da união da figura do “construtor” e do “operador” em um só ator,



produziram resultados práticos importantes para a defesa do programa, em comparação com a oferta exclusivamente pública dos serviços.

A despeito destes resultados positivos, o Governo do Reino Unido sempre buscou aprimorar seu modelo. Publicações do HM Treasury demonstram que quase R\$15 bilhões foram economizados por meio de ações explicitamente orientadas para o aumento do custo benefício dos projetos.

A luta pela transparência e *accountability* dos contratos também apresentou resultados relevantes, com o envolvimento do parlamento e dos organismos de controle. Em 2010/2011, por exemplo, foi publicado o *Whole of Governments Account*, tornando públicas informações estruturais para a compreensão e sustentabilidade do programa, como por exemplo o Valor Presente Líquido das obrigações futuras com PFI, que à época alcançaram R\$815 bilhões.

Além disso, a criação de um departamento dedicado a centralizar as atividades governamentais, o Infrastructure UK (IUK)⁷, foi um fator chave para que o Reino Unido conseguisse assumir esta posição de excelência em relação ao PFI, tratando como prioridade a gestão do conhecimento e contribuindo para os processos de planejamento, negociação e regulação das parcerias de forma sistêmica e organizada.

Outra atitude do Governo Britânico que justifica a sua posição de destaque é a preocupação com a padronização das práticas, sobretudo na preparação e regulação dos contratos. O documento intitulado *Standardisation of PFI Contracts (SoPC)* se tornou um material de leitura obrigatória para as melhores unidades de PPP do mundo e para todas aquelas que almejam merecer esse rótulo algum dia. Com práticas como esta, o programa britânico maximizou a possibilidade de se escalar a quantidade de projetos e gerou um componente relevante de credibilidade e previsibilidade em face do mercado privado.

Ao investigar as razões do sucesso da experiência britânica, é razoável dizer que uma das principais lições reside na implementação de políticas de estabilidade e de continuidade na área de PPP.

Assim como foi no Reino Unido, é fundamental que as PPPs sejam consenso em todo o espectro político e em toda a estrutura federal do Brasil para que o instituto possa prosperar. Sem essa vontade política ou sem esse nível de comprometimento político, é difícil criar a expertise de suporte, os sistemas e as instituições dentro do governo, em empresas, no setor de finanças e na sociedade civil organizada.

Para o Brasil, é importante que haja um esforço de centralização do conhecimento, sob pena do cometimento de velhos erros e de a construção individual dos entes subnacionais não servir de aprendizado e inspiração para novos entes concedentes.

Além disso, sempre que possível, é conveniente que não só os órgãos públicos, mas também a iniciativa privada, busque se capacitar e entender os *upsides* e *pitfalls* da experiência internacional com PPPs, sobretudo de países e regiões que já tenham percorrido trajetórias mais longas com o uso desse instrumento.

Inspirar-se em boas práticas e aprender com os erros alheios são sempre boas opções de caminhos a serem trilhados para a consolidação de políticas públicas transformadoras.

CASOS DE SUCESSO DE PPP NO BRASIL

Os 87 contratos de PPP que já foram assinados no Brasil já trouxeram alguns casos que merecem ser celebrados, pelos mais variados motivos.

No segmento de saúde, é inevitável lembrar o caso do Hospital do Subúrbio.

Com operação iniciada em setembro de 2010, colocando um fim ao jejum de 19 anos desde a inauguração do último hospital na região metropolitana de Salvador, esta PPP é uma das mais premiadas do Brasil, tendo sido reconhecida pela ONU no "Prêmio do

⁷ Desde 01/01/2016, o IUK se juntou ao Major Projects Authority (MPA), formando o Infrastructure and Projects Authority (IPA), que se reporta diretamente ao Chancellor (equivalente ao Ministro da Fazenda) e ao Cabinet Office, que é o gabinete que fornece apoio ao Primeiro Ministro. Para mais informações, visite: <https://www.gov.uk/government/organisations/infrastructure-and-projects-authority/>



Serviço Público” na categoria “Melhoria na prestação de serviços públicos”, em julho de 2015. Em 2012, o projeto foi laureado pela *World Finance*, do Reino Unido, e, em 2013, pelo Banco Mundial.

Essa PPP é considerada inovadora por envolver os próprios serviços clínicos de atenção à saúde como obrigação da concessionária (por enquanto, a única do Brasil a valer-se de dispositivo contratual neste sentido) e por ter construído uma sofisticada estrutura de garantias em que o Estado praticamente renunciou a qualquer possibilidade de ficar inadimplente com o parceiro privado.

No campo da habitação, existem 02 projetos já assinados: a PPP do Jardins Mangueiral, no Distrito Federal, e a PPP da Casa Paulista, do Governo do Estado de São Paulo.

O projeto de PPP habitacional do Distrito Federal consiste na implantação de 8 mil unidades imobiliárias em um terreno de, aproximadamente, 200 hectares. O parceiro privado se responsabilizou pela implantação e gerencia a operação e manutenção do empreendimento. Foram mais de 90 mil pretendentes inscritos no programa para 30 mil moradores após a realização dos investimentos. O Distrito Federal já considera fazer a expansão desse projeto.

No caso da PPP de Habitação do Estado de São Paulo, por sua vez, existe a previsão de implantação de 3.683 moradias na região central da capital paulistana, além da prestação de serviços de desenvolvimento de trabalho técnico-social de pré e pós ocupação, de apoio à gestão condominial e manutenção predial. No final de janeiro de 2016, começou a ser erguido o primeiro prédio em decorrência dessa PPP e o Governo do Estado já possui uma nova PPP no setor de habitação sendo estudada pela iniciativa privada, por meio de um PMI.

O Governo do Estado de São Paulo, que é o ente concedente com o maior número de contratos de PPP assinados no Brasil, também tem outras experiências de destaque.

A parte que está em operação da Linha 4 – Amarela do Metrô de São Paulo fez com que o projeto fosse escolhido pelo IFC, como a melhor PPP da América Latina e Caribe na cerimônia *Emerging Partnerships Awards*, em 2013, e está entre os 100 projetos de infraestrutura mais inovadores do mundo, segundo publicação *Infrastructure 100: World Cities Edition*. Segundo pesquisa recente da Datafolha (out/15), o índice de satisfação dos usuários nesta linha do metrô é de 89,7%.

No seu formato final, serão 12,8km e 11 estações, atendendo 1 milhão de passageiros/dia (número praticamente equivalente à linha do metrô que mais transporta usuários atualmente).

A cidade do Rio de Janeiro também já gerou alguns exemplos de PPPs de sucesso.

A PPP do Porto Maravilha, que envolve a urbanização da região portuária, reúne elementos pouco usuais, como a gestão do pagamento por Fundo Imobiliário, a obtenção de recursos a partir da expectativa de valorização imobiliária e um critério de licitação que permitiu cronogramas de pagamentos distintos. Trata-se do contrato mais elevado de PPP já assinado no Brasil, prevendo cerca de R\$7,6 bilhões de investimento.

Outra PPP carioca que é digna de ser mencionada é o VLT, que está sendo implantado na área portuária. Será o primeiro projeto de mobilidade do país a instaurar o modelo de verificação voluntária de ticket e o segundo projeto de VLT no mundo a usar condutores elétricos embutidos, contribuindo para a diminuição da poluição visual.

Por fim, o Parque Olímpico é uma PPP que prevê como obrigação da concessionária a construção de 3 arenas olímpicas, do Centro Principal de Mídia, da Via Olímpica, do Centro Internacional de Transmissão (IBC) e, dentre outros encargos, o de erguer um hotel com 404 quartos. Esta PPP prescindiu de uma estrutura de garantias sofisticada, uma vez que parcela significativa da contraprestação foi dada por meio da transferência da titularidade de imóvel da região.

Vale ressaltar que houve um Concurso Internacional para o Plano Geral Urbanístico do Parque Olímpico Rio 2016, coordenado pela Empresa Olímpica Municipal em parceria com o Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB). A vencedora do concurso foi a britânica AECOM, com o projeto do arquiteto Bill Hanway.

Outro governo bastante ativo e relevante para a experiência brasileira com PPPs é o Estado de Minas Gerais, que foi o primeiro ente a publicar um marco regulatório sobre PPPs no Brasil.



Um dos principais projetos da carteira mineira é a PPP do sistema prisional, a primeira deste segmento no país. Sua principal característica é a agregação de obrigações do contratado privado, o que envolve desenvolvimento de projetos de arquitetura e de engenharia, financiamento de obras (com recursos próprios ou mediante empréstimos bancários em nome e por conta da concessionária), além da própria construção, operação e manutenção do complexo prisional. Cabe ao parceiro privado a prestação de serviços como fornecimento de refeições, uniformes, atendimento à saúde e assistência jurídica aos detentos - inclusive programas de ressocialização do preso, sua profissionalização e preparação para o mercado de trabalho. Para mensurar a qualidade do serviço prestado, são mais de 380 indicadores de desempenho mensurados periodicamente que afetam diretamente a remuneração final percebida pelo parceiro privado.

Outra PPP importante do Governo de Minas Gerais é a de transbordo e destinação final de resíduos sólidos urbanos gerados na Região Metropolitana de Belo Horizonte. O projeto foi estruturado pela equipe do governo estadual e parte das projeções financeiras foi realizada por consultoria contratada com recursos doados pelo *Prosperity Fund Programme*, que é coordenado pelo Ministério das Relações Exteriores (*Foreign and Commonwealth Office*) do Reino Unido e administrado localmente pela Embaixada do Reino Unido no Brasil.

O projeto envolveu a contratação, pelo Governo Estadual, de parceiro privado para identificar a tecnologia mais adequada, financiar-se, adquirir o terreno, construir e operar a planta de tratamento de resíduos sólidos para atender a 43 municípios da Região Metropolitana de Belo Horizonte e Colar Metropolitano, com uma população de cerca de 2,4 milhões de habitantes, gerando cerca de 1 milhão de toneladas de rejeitos por ano.

Aa capital de Minas Gerais, Belo Horizonte, também possui ótimos exemplos de PPPs. A pioneira e, por enquanto, única PPP de educação do país está em operação em Belo Horizonte desde setembro de 2013, quando a primeira das 51 unidades de ensino previstas contratualmente foi inaugurada.

Com investimento estimado de R\$250 milhões e 90% das escolas entregues, o projeto tem contribuído para que Belo Horizonte cumpra com a meta estabelecida pela Lei de Diretrizes de Base da Educação Nacional, que determina a universalização do atendimento escolar a crianças de 4 e 5 anos até 2016 (desde a Lei nº 12.796, de 2013).

AS OPORTUNIDADES EM PPPs NO BRASIL

Apesar de o marco legal das PPPs no Brasil ser relativamente recente, a experiência com os contratos assinados já serve para indicar o quão versátil é este instrumento, em se tratando da multiplicidade de segmentos.

Atualmente, de acordo com classificação dada pela Radar PPP, são 18 segmentos diferentes entre as PPPs assinadas e outros 11 que são mapeados, mas que ainda não possuem um contrato em vigor.

Para exemplificar, existem PPPs de iluminação pública, saneamento e abastecimento de água, limpeza urbana e resíduos sólidos, saúde, estádios, trens urbanos e mobilidade, dentre outros.

Atualmente, o segmento de Iluminação Pública tem despertado grande atenção do mercado. Depois que a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) editou a resolução n.º 414/10, que previa a transferência da responsabilidade sobre o sistema de iluminação pública ao ente municipal, as Prefeituras começaram a recorrer ao instituto da PPP para tentar adimplir a nova obrigação que lhes fora imputada.

A busca por um sistema de iluminação modernizado, com lâmpadas de LED, telegestão e indicadores de desempenho, combina muito com a flexibilidade e a eficiência que os contratos de PPP apregoam.

Nos próximos meses, a cidade de São Paulo deve assinar o seu primeiro contrato de PPP, justamente no segmento de iluminação pública. Serão trocadas 580 mil lâmpadas, com um investimento estimado de R\$2 bilhões para um contrato de 20 anos de duração.

Além de São Paulo, várias capitais estão com projetos bastante maduros, que devem se converter em contratos no curto e no médio prazo.



Cuiabá, com um projeto de R\$270 milhões de investimento, já marcou a data para a abertura dos envelopes da licitação. Belo Horizonte (MG), com investimento estimado de R\$278 milhões, fará sua concorrência em março.

Maceió (AL) e Vitória (ES), com projetos cujos investimentos estão estimados em R\$150 milhões, já superaram a etapa de “consulta pública” e devem ter suas respectivas licitações publicadas em breve.

Distrito Federal, Boavista (RR) e Salvador (BA) também caminham nessa direção, uma vez que o processo para a obtenção dos estudos a partir da iniciativa privada inclusive já começou.

Há que se considerar, entretanto, que a utilização do modelo de PPP de iluminação pública não é uma prerrogativa das grandes cidades:

Um dos contratos de PPP de Iluminação Pública já assinados no Brasil pertence ao município de Urânia, no interior de São Paulo, que possui menos de 9 mil habitantes.

Para exemplificar como esse fenômeno está pulverizado no âmbito nacional, vale mencionar que há projetos de PPP de iluminação sendo pensados nos municípios de Canela (RS), Uberaba (MG), Camaragibe (PE), São José de Ribamar (MA), Feira de Santana (BA), Guarapuava (PR), Mauá (SP), Nova Iguaçu (RJ), Araguaína (TO), Marabá (PA) e Sombrio (SC).

Há um movimento incontestável de expansão do modelo de PPP de Iluminação Pública no país. Conforme dados da Radar PPP, em 2012 não houve a publicação de nenhum PMI de PPP Iluminação Pública; em 2013, foram 2; em 2014, 4. Em 2015, entretanto, já houve 32 Procedimentos de Manifestação de Interesse no segmento de Iluminação Pública para inspirar a contratação de futura Parceria Público-Privada, o que significa um crescimento de 700% em relação ao ano anterior.

No segmento de saúde, a demanda por infraestrutura, combinada com a busca pela efficientização do gasto público e para que não se atinja os limites de gasto com pessoal previstos na Lei de Responsabilidade Fiscal, têm favorecido o surgimento de projetos de PPP neste setor.

O Governo do Estado do Piauí trata como prioridade a implantação do Hospital Materno Infantil de Teresina, por meio de uma PPP. O projeto de quase R\$100 milhões de investimento estimado, e que está na fase de PMI, é a esperança da superação dos elevados indicadores de mortalidade infantil do Estado.

O Estado do Espírito Santo também estuda implantar um Hospital Infantil seguindo o modelo de PPP. Rondônia, por sua vez, possui a intenção de que a gestão do Hospital de Urgência e Emergência se dê por meio de uma concessão administrativa. O Rio Grande do Norte também parece direcionar esforços para que a construção e operação do Hospital Metropolitano de Natal aconteça em regime de PPP, inclusive já tendo autorizado a iniciativa privada a desenvolver os estudos de viabilidade do projeto.

No plano municipal, a Prefeitura de Sorocaba (SP) chegou a publicar a licitação da PPP do Hospital da Zona Norte no final do ano passado e que pode se converter em um contrato assinado antes do final deste mandato político, que se encerra em 2016.

A Prefeitura de Limeira (SP) colocou recentemente em consulta pública o projeto do Hospital Municipal, e Belo Horizonte (MG) deve assinar em breve o contrato da Rede de Atenção Primária à Saúde, cuja licitação aconteceu no ano passado.

Campo Largo e Foz do Iguaçu, ambas cidades do Estado do Paraná, também já possuem projetos de PPP na área de saúde bem adiantados.

Em relação ao segmento de saneamento, há projetos em desenvolvimento em cidades de todas as regiões do país.

Para dar alguns exemplos na região Norte, Jacundá (PA) está em fase de PMI, Marabá (PA) deve publicar o edital de licitação em breve, e Rolim de Moura (RO) já teve o vencedor da licitação declarado.

Na região Nordeste, Campo Maior (PI), Itabuna (BA) e Lagarto (SE) lançaram seus respectivos PMIs, enquanto o Governo do Estado do Piauí está licitando a concessão do saneamento básico de Teresina.

No Centro-Oeste, os municípios de Bela Vista (MS) e Castanheira (MT) já se mobilizaram para estruturar a concessão do serviço de saneamento, sendo que Bela Vista poderá lançar a concorrência já nas próximas semanas.



Na região Sudeste, fato recente que merece menção é a suspensão, por parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, de vários projetos municipais de saneamento que estavam superando as respectivas etapas de preparação. Marília, Serrana e São Roque são exemplos de municípios que, mediante ajustes, devem retomar seus projetos no curto prazo.

Além disso, a concorrência pela PPP de saneamento de Santo André (SP), cujo valor do contrato deve ser próximo de R\$600 milhões, já está publicada, assim como na cidade de Mauá (SP), cujo valor de investimento deve superar os R\$150 milhões. Em Santa Rita do Passa Quatro (SP), o vencedor do certame inclusive já foi declarado e Mogi-Mirim deve publicar sua licitação em breve.

Além dos municípios de São Paulo, outras cidades da região Sudeste também devem lançar seus projetos nos próximos meses, como Abaeté (MG) e Viana (ES).

Por fim, cabe ressaltar o esforço que tem sido empreendido para transferir à iniciativa privada a gestão do serviço de saneamento de duas áreas importantes da capital fluminense: a Baixada Fluminense e Região Leste e Jacarepaguá. O primeiro projeto, de competência estadual, está em fase de elaboração dos estudos do PMI, enquanto o projeto de Jacarepaguá, conduzido pela Prefeitura, já superou esta etapa, tendo os estudos sido entregues pelos proponentes autorizados a elaborá-los⁸.

Na região Sul, o município de Navegantes já publicou a licitação cujo contrato deve se aproximar dos R\$3 bilhões. Bombinhas, também em Santa Catarina, segue o mesmo passo, tendo publicado uma concorrência cujo valor estimado do contrato se aproxima de R\$1 bilhão. Palmeira (PR), também está com a licitação em andamento. Em relação aos projetos que estão em etapas anteriores do ciclo de preparação de uma concessão, Corupá (SC), Pomerode (SC), Pelotas (RS) e Gravataí (RS) já publicaram seus respectivos PMIs.

Destacando, finalmente, os projetos de resíduos sólidos, Marabá (PA), Jaboação dos Guararapes (PE), Bonito (MS) e Cascavel (PR) - cada cidade representando uma região do país - são as apostas para os projetos que estão na fase de elaboração de estudos e que podem se converter em contrato em alguns meses. Cumpre ressaltar que Cuiabá (MT) e Caruaru (PE) inclusive estão na frente destas 5 cidades mencionadas, pois já lançaram a consulta pública do seu respectivo edital.

No campo dos mercados que podem assumir uma relevância ainda maior no curto prazo, uma grande aposta recai sobre os parques urbanos, os parques naturais e as unidades de conservação. A Administração Pública tem percebido a conveniência de se recorrer à iniciativa privada para gerir seus ativos conectados à questão ambiental de forma mais eficiente, aplicando-se menos recursos públicos, otimizando a experiência dos usuários e preservando a biodiversidade da fauna e flora de uma maneira mais eficaz. As PPPs e concessões têm se apresentado como alternativas interessantes para acomodar estes arranjos que devem ser estabelecidos com mais frequência nos próximos anos.

A título exemplificativo, a primeira PPP de meio ambiente (Rota Lund) foi licitada ano passado pelo Governo do Estado de Minas Gerais e envolve a conservação de 3 parques estaduais. Outro projeto emblemático é o do Parque Estadual da Ilha Grande, no município de Angra dos Reis (RJ), cujos estudos de viabilidade já se iniciaram. Iniciativas no Paraná, Pará e Brasília também já foram identificadas.

Nesta mesma trilha dos novos mercados, projetos de compartilhamento de veículos elétricos - a exemplo do modelo que já se encontra operacional em Londres - também têm integrado com mais frequência a pauta dos conselhos gestores de PPP e concessão dos municípios brasileiros, sobretudo o das grandes capitais. O município do Rio de Janeiro investiu quase 1 ano, junto com consultores, na elaboração dos estudos e deve lançar a licitação do projeto em breve. Fortaleza, Curitiba e Belo Horizonte são outras capitais que se mostraram interessadas em ter uma PPP ou uma concessão em formato similar.

Há diversos outros segmentos que possuem projetos que merecem destaque, tais como os aeroportos regionais (com iniciativas em Campos dos Goytacazes, Guarujá e Pouso Alegre) ou as escolas/universidades (como as mais de 70 escolas que o Governo de Minas Gerais quer implantar no modelo de PPP ou o novo prédio da Universidade Municipal de São Caetano do Sul). Entretanto, em função do caráter executivo deste relatório, faremos apenas uma listagem de projetos criteriosamente extraídos da base de dados da Radar PPP e que configuram iniciativas com possibilidade de se converterem em contrato no curto e no médio prazo.

⁸ A título de curiosidade, vale mencionar que somente o ressarcimento pelos estudos de ambos os projetos pode superar a monta de R\$32 milhões.

TOP 50 PROJETOS DE DESTAQUE EM FASE DE ELABORAÇÃO DE ESTUDOS DE VIABILIDADE⁹:

Projeto	Segmento	Concedente
Cemitérios Públicos	Atendimento ao Cidadão	Nova Iguaçu
Unidade do Programa Espaço da Cidadania de Teresina	Atendimento ao Cidadão	Piauí
Complexo do Mirante Palmares	Cultura	Belo Horizonte
Complexo Turístico do Estado	Cultura	Piauí
Parque Urbano e Marina	Cultura	Florianópolis
Complexo de Saúde da Guarnição de Brasília	Defesa	União
Complexo de Saúde da Guarnição de Manaus	Defesa	União
Rede de Comunicações Integrada do Comando da Aeronáutica	Defesa	União
Novas Unidades Escolares da Rede Estadual	Educação	Espírito Santo
Infraestrutura Ferroviária – Trecho Açailândia-MA – Barcarena-PA	Ferrovia	União
Infraestrutura Ferroviária – Trecho Estrela D’Oeste-SP – Dourados-MS	Ferrovia	União
Programas Habitacionais – Setor Habitacional São Bartolomeu	Habitação	Distrito Federal
Programas Habitacionais – Setor Meireles e Jardins Mangueiral – Parte II	Habitação	Distrito Federal
Iluminação Pública	Iluminação Pública	Betim
Iluminação Pública	Iluminação Pública	Jaboatão dos Guararapes
Iluminação Pública	Iluminação Pública	Penedo
Iluminação Pública	Iluminação Pública	Salvador
Central de Abastecimento do Piauí – Ceapi	Logística	Piauí
Plataforma Logística Multimodal	Logística	Piauí
Equipamentos de Conservação Ambiental e Lazer	Meio Ambiente	Belo Horizonte
Parque da Barragem Santa Lúcia	Meio Ambiente	Belo Horizonte
BRT da Região Metropolitana de Florianópolis	Mobilidade Urbana	Santa Catarina
Complexo do Mercado Distrital do Cruzeiro	Multinegócios	Belo Horizonte
Centro Administrativo	Prédios Públicos	Bertioga
Centro Administrativo do Complexo Santa Cruz	Prédios Públicos	Poços de Caldas
Novo Centro Administrativo	Prédios Públicos	Piauí
Pátios DETRAN-MG	Prédios Públicos	Minas Gerais
Pátios Veiculares Integrados	Prédios Públicos	Paraná
Prédios da Câmara dos Deputados	Prédios Públicos	União
Prédios da Universidade Municipal	Prédios Públicos	São Caetano do Sul
Sede Própria do DETRAN-MG	Prédios Públicos	Minas Gerais
Consórcio Intermunicipal de Gestão e Desenvolvimento Ambiental Sustentável das Vertentes	Resíduos Sólidos	Municípios de Minas Gerais
Limpeza Urbana	Resíduos Sólidos	Betim
Limpeza Urbana	Resíduos Sólidos	Jaboatão dos Guararapes

⁹ A tabela não representa um ranking dos projetos relacionados.



Projeto	Segmento	Concedente
Limpeza Urbana e Manejo de Resíduos Sólidos	Resíduos Sólidos	Palmas
Resíduos Sólidos	Resíduos Sólidos	Conisul - Alagoas
Concessão para Exploração da Rodovia BR-476, BR-282 e BR-480 SC-RS	Rodovia	União
Concessão para Exploração de Rodovias	Rodovia	São Paulo
Rodovia Transcerrados	Rodovia	Piauí
Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário	Saneamento	Aracruz
Esgotamento Sanitário	Saneamento	Mato Grosso do Sul
Sistema de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário – Municípios	Saneamento	Governo do Estado do Piauí
Complexo Paráfarma	Saúde	Pará
Hospital Estadual Infantil	Saúde	Espírito Santo
Hospital Materno-Infantil	Saúde	Piauí
Sistema Prisional – Complexo da Papuda	Sistema Prisional	Distrito Federal
Soluções de TI para Gestão Pública	Tecnologia	Mato Grosso
Metrô de São Paulo – Linha 17 Ouro Monotrilho	Trem Urbano	São Paulo
Metrô de São Paulo – Linha 5 Lilás	Trem Urbano	São Paulo
Trens Intercidades	Trem Urbano	São Paulo

CONCESSÕES CUJAS CONCORRÊNCIAS DEVEM SER PUBLICADAS EM BREVE:

Projeto	Segmento	Concedente
Aeroporto Bartolomeu Lisandro	Aeroportos	Campos dos Goytacazes
Aeroporto da Usiminas	Aeroportos	Minas Gerais
Aeroportos	Aeroportos	São Paulo
Ganha Tempo	Atendimento ao Cidadão	Mato Grosso
PPP da Educação	Educação	Uberaba
Iluminação Pública	Iluminação Pública	Almirante Tamandaré
Iluminação Pública	Iluminação Pública	Araguaína
Iluminação Pública	Iluminação Pública	Barueri
Iluminação Pública	Iluminação Pública	Caxias
Iluminação Pública	Iluminação Pública	Lins
Iluminação Pública	Iluminação Pública	Maceió
Iluminação Pública	Iluminação Pública	Marabá
Iluminação Pública	Iluminação Pública	Mauá
Iluminação Pública	Iluminação Pública	Nova Iguaçu
Iluminação Pública	Iluminação Pública	São Bernardo do Campo
Iluminação Pública	Iluminação Pública	São José de Ribamar
Iluminação Pública	Iluminação Pública	Uberaba
Iluminação Pública	Iluminação Pública	Vespasiano
Iluminação Pública	Iluminação Pública	Vitória



Projeto	Segmento	Concedente
Parque de Iluminação Pública Inteligente	Iluminação Pública	Guarapuava
Carro Elétrico Carioca	Mobilidade Urbana	Rio de Janeiro
Gerenciamento de Resíduos Sólidos	Resíduos Sólidos	Cuiabá
Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário	Saneamento	Abaeté
Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário	Saneamento	Corupá
Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário	Saneamento	Mogi Mirim
Serviços de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário	Saneamento	Pomerode
Gestão da Saúde	Saúde	Foz do Iguaçu
Hospital Municipal	Saúde	Limeira
Desenvolvimento Urbano Integrado	Urbanização	Limeira

CONCESSÕES QUE JÁ PODEM VIRAR CONTRATO NO CURTO PRAZO:

Projeto	Segmento	Concedente
Aeroporto Internacional de Cargas e Passageiros	Aeroportos	Pouso Alegre
Iluminação Pública	Iluminação Pública	Belo Horizonte
Iluminação Pública	Iluminação Pública	Cuiabá
Iluminação Pública	Iluminação Pública	Guaratuba
Iluminação Pública	Iluminação Pública	São Paulo
Iluminação Pública	Iluminação Pública	Contagem
Zoológico	Meio Ambiente	Rio de Janeiro
BRT	Mobilidade Urbana	Sorocaba
Centro de Convenções	Multinegócios	Belo Horizonte
Porto de Belém – Terminal de Outeiro	Portos	União
Porto de Santarém – Granéis Sólidos Vegetais	Portos	União
Porto de Santarém – Granéis Sólidos Minerais	Portos	União
Porto de Vila do Conde	Portos	União
Portos de Santos e Portos do Pará	Portos	União
Resíduos Sólidos	Resíduos Sólidos	Pirenópolis
Contorno Metropolitano Norte da RMBH	Rodovia	Minas Gerais
Sistema de Integração de Transporte Público	Rodoviária	Bertioga
Abastecimento de Água	Saneamento	Mauá
Abastecimento de Água	Saneamento	Santo André
Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário	Saneamento	Bombinhas
Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário	Saneamento	Navegantes
Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário	Saneamento	Rolim de Moura
Saneamento Básico	Saneamento	Palmeira
Saneamento Básico de Teresina	Saneamento	Piauí
Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário	Saneamento	Ubá
Rede de Atenção Primária à Saúde	Saúde	Belo Horizonte

REALIZAÇÃO



AUTORIA

